



**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA  
“PROTEÇÃO DE MEDIDA”, FIRMADO ENTRE  
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ – TJCE, O ESTADO DO CEARÁ, A  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, A  
DEFENSORIA PÚBLICA DO CEARÁ E A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA,  
PARA O FIM NELE INDICADO. (PROCESSO  
ADMINISTRATIVO N° 8515028-  
30.2024.8.06.0000 ).**

**TERMO DE ADESÃO N° 02/2025**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba, em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, com interveniência da **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará (CEMulher-TJCE)**, neste ato representada por sua Presidente Desembargadora Vanja Fontelene Pontes, o **ESTADO DO CEARÁ**, através da **Secretária de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)**, com sede na Av. Bezerra de Menezes, nº 581, São Gerardo, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.869.566/0001-17, neste ato representado por seu Secretário, Antonio Roberto Cesário de Sá, e da **Secretaria das Mulheres**, com sede na Avenida Barão de Studart, 598, Bairro Meirelles, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.958.941/0001-21, neste ato representado por sua Secretária, Lia Ferreira Gomes, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO**



**ESTADO DO CEARÁ** através da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, inscrito no CNPJ nº 06.928.790/1000-56, com sede na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, 130, Cambéa, CEP 60.822-325, Fortaleza – CE, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Haley de Carvalho Filho, a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ nº. 02.014.521/0001-23, com sede na Av. Pinto Bandeira, nº. 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, neste ato representada pela Defensora Pública Geral, Sâmia Costa Farias Maia e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, inscrito no CNPJ/MF nº. 07.954.605/0001-60, com endereço na Rua São José, nº 001, Bairro Centro, em Fortaleza-CE, representado pelo Exmo. Senhor Prefeito Evandro Sá Barreto Leitão, resolvem celebrar o presente Termo de Adesão, com fulcro na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei Federal Nº 14.149/2021, Resolução N 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça: Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências; Resolução Conjunta Nº 5/2020, CNJ/CNMP: Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências; Recomendação CNJ Nº 128/2022: Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro mediante as seguintes cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente “Termo de Adesão”, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Ceará e os órgãos que compõe a rede de proteção e de assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no estado do Ceará com o propósito de utilização do sistema “PROTEÇÃO NA MEDIDA” e coleta de dados para avaliação de risco no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**





O programa é dividido em três etapas principais. Primeiro, é feito o cadastro da ocorrência de agressão no sistema, pelo \*Centro de Referência, localizado na Casa da Mulher Brasileira, Casas da Mulher Cearense, Casas da Mulher Municipais, Salas Lilás ou em Delegacia de Polícia, que, por meio de Policiais Cíveis ou equipe técnica, composta de assistente social e psicólogo, acolhem a vítima e em seguida aplicam o formulário\* composto por 27 perguntas, contendo o histórico de violência e nome do agressor. A segunda parte do processo é reservada para as impressões dos profissionais da área psicossocial que tenham mantido contato com a vítima. Por fim, a terceira etapa consiste na geração de arquivo com todas as informações referentes ao caso e na formalização do pedido de medida protetiva de urgência. Os dados podem ser acessados por profissionais devidamente cadastrados nos órgãos envolvidos.

O sistema “Proteção na Medida” conta também com outras funcionalidades de notória relevância, tais como a geração automatizada de minutas inteligentes de decisões em medidas protetivas de urgência. Facilita, também, extração de dados estatísticos relacionados à violência doméstica em todo o estado, requisito essencial para a formulação de políticas judiciais e políticas públicas de enfrentamento a este crime de notório impacto social.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PARTICÍPES**

#### **Caberá ao Tribunal de Justiça do Ceará:**

- Realizar o cadastramento dos usuários indicados por cada órgão partícipe para o acesso ao Sistema;
- Promover treinamentos, capacitações e/ou publicação de manuais e cartilhas que possibilitem a operação, a utilização e/ou aperfeiçoamento do Sistema;
- Manter o suporte para solução de problemas técnicos relacionados ao uso da plataforma.

#### **Caberá aos órgãos partícipes:**

- Indicação dos servidores/profissionais que utilizarão o sistema Proteção na Medida, conforme os perfis de acesso;



- Assegurar a participação dos profissionais indicados em treinamentos e capacitações referentes ao manejo e utilização do Sistema;
- Coletar, por meio de seus agentes, as respostas ao formulário de avaliação de risco, durante entrevista com a mulher ofendida, de modo que o formulário preenchido conste sempre nos pedidos de medida protetiva de urgência e inquéritos policiais, inclusive autos de prisão em flagrante, alusivos à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Garantir confidencialidade e sigilo dos dados acessados por seus usuários;
- Garantir que os dados referentes ao formulário de avaliação de risco sejam diretamente cadastrados no sistema, evitando-se a utilização de formulários de papel, exceto nos casos de indisponibilidade do sistema;
- Garantir que as vítimas sejam assistidas conforme os fluxos estabelecidos entre os órgãos e sempre de forma humanizada, com os encaminhamentos sociais necessários;
- Reportar ao suporte técnico as indisponibilidades e falhas no uso do sistema, bem como, aos gestores do sistema, as sugestões de melhoria.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Termo de Adesão vigorará por 60 (sessenta meses) a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá ser alterado mediante comum acordo entre as partes, respeitadas as prerrogativas da Administração Pública, sendo, no entanto, vedada a alteração de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**



O presente Termo de Adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, por descumprimento de quaisquer das cláusulas estabelecidas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ou por manifestação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por qualquer uma das partes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REPASSE DE VERBAS**

Não há previsão do repasse de verbas entre os partícipes para a consecução do objetivo deste Termo de Adesão.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS**

Os PARCEIROS declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD (Lei n.º 13.709/2018), obrigando-se, portanto, a adotar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção dos referidos dados, por si, bem como, por seus representantes e/ou prestadores de serviços.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente instrumento será efetuada em extrato no Diário da Justiça e Diário Oficial do Estado dentro do prazo disposto na Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Adesão, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, 10 de abril de 2025.





**Heráclito Vieira de Sousa Neto**

**DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**DESEMBARGADORA PRESIDENTE DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ**

**Evandro Sá Barreto Leitão**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

**Antonio Roberto Cesário de Sá**  
**SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ**

**Lia Ferreira Gomes**  
**SECRETÁRIA DAS MULHERES**

**Haley de Carvalho Filho**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Sâmia Costa Farias Maia**  
**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**

**Testemunhas** \_\_\_\_\_



# Diário Oficial

## ELETRÔNICO



Nº 1988

Fortaleza - Segunda-feira, 28 de abril de 2025

Ministério Público do Estado do Ceará

### ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Extrato Nº 0028/2025/SEPLAN  
Fortaleza, 9 de abril de 2025

**ERRATA AO EXTRATO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPCE nº 1979, de 10 de abril de 2025, página 2, decorrente do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00020986-4, que tem por objeto a união de esforços para ampla cooperação técnico-institucional, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e o desenvolvimento de ações conjuntas na implantação dos resultados sistêmicos referentes ao Selo Unicef do período compreendido entre 2024 e 2028, com enfoque na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, e com base no princípio do interesse superior da criança e do adolescente, firmado entre o Ministério Público do Estado do Ceará, CNPJ nº 06.928.790/0001-56, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, CNPJ nº 03.744.126/0001-69. Em face à solenidade de assinatura, faz-se necessária a retificação no extrato de publicação. No campo DATA DA ASSINATURA, ONDE SE LÊ: 09/04/2024; LEIA-SE: 09/04/2025. Ficam mantidas as demais disposições do Termo. FONTE: SEPLAN/MPCE

Extrato Nº 0030/2025/SEPLAN  
Fortaleza, 10 de abril de 2025

**INSTRUMENTO:** Termo de Adesão Nº 02/2025 **PROCESSO:** 09.2025.00008300-9. **PARTÍCIPIES:** Tribunal de Justiça do Ceará, CNPJ nº 09.444.530/0001-01; Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, CNPJ nº 01.869.566/0001-17; Secretaria das Mulheres, CNPJ nº 49.958.941/0001-21; Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, CNPJ nº 02.014.521/0001-23; Prefeitura Municipal de Fortaleza, CNPJ nº 07.954.605/0001-60; e Ministério Público do Estado do Ceará, CNPJ nº 06.928.790/0001-56. **OBJETO** (Cláusula Primeira): O presente "Termo de Adesão", celebrado entre o Tribunal de Justiça do Ceará e os órgãos que compõe a rede de proteção e de assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no estado do Ceará com o propósito de utilização do sistema "PROTEÇÃO NA MEDIDA" e coleta de dados para avaliação de risco no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher. **PRAZO DE VIGÊNCIA** (Cláusula Quarta): O prazo de vigência do presente Termo de Adesão vigorará por 60 (sessenta meses) a partir da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 10/04/2025 **SIGNATÁRIOS:** Heráclito Vieira de Sousa Neto,

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Vanja Fontenele Pontes, Desembargadora Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará; Evandro Sá Barreto Leitão, Prefeito do Município de Fortaleza; Antônio Roberto Cesário de Sá, Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará; Lia Ferreira Gomes, Secretária das Mulheres; Sâmia Costa Farias Maia, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará; e Haley de Carvalho Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará. F FONTE: SEPLAN/MPCE.

Despacho  
Fortaleza, 24 de abril de 2025

Nº MP: 09.2024.00009745-4  
Assunto: Apuração de irregularidade o Pregão Eletrônico nº 30/2022

#### APLICAÇÃO DE PENALIDADE

A Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Administração, no uso de suas atribuições legais, e,  
Considerando a decisão de fls. 172/176;  
Considerando que nos presentes autos foram respeitadas as disposições legais contidas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/2002;  
Considerando, ainda, o disposto no art. 27, do Provimento nº 438/2024;

#### RESOLVE:

- 1) aplicar à empresa WERNETECH INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 33.479.392/0001-72, pena de multa de 4% (quatro centésimos por cento) do valor de sua proposta para o grupo 02;
  - 2) DETERMINAR a remessa dos autos à Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos CAILC, para fins do disposto no art. 28 do Provimento nº 438/2024.
- PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma do art. 27 do Provimento nº 438/2024.

Expedientes a cargo da CAILC.

Fortaleza/CE, 24 de abril de 2025.

Juliana Cronemberger de Negreiros Moura  
Subprocuradora-Geral de Administração

#### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Procurador-Geral de Justiça:**  
Haley de Carvalho Filho

**Corregedora-Geral:**  
Maria Neves Feitosa Campos  
**Secretário-Geral:**  
Ricardo Rabelo de Moraes

**Ouvidora-Geral:**  
Loraine Jacob Molina



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará